

Mobilização destrava tramitação do APL da carreira de Finanças e Controle e garante avanços

Nova tabela salarial e atualização de benefícios entram em vigor

página 6

Sindicato apresenta à CGU e à STN proposta de fundo de aperfeiçoamento institucional

página 16

Regulamentação da negociação coletiva começa a tramitar no Congresso Nacional

página 9

CGU SUCATEADA
CORRUPÇÃO LIBERADA

MINISTRA ESTHER DWECK
BASTA DE DESCASO
COM A CGU E STN

INTEGRIDADE
APRIR ACORDOS

UNACON
Sindical

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques - **Presidente**

Elaine Niehues Faustino - **Vice-Presidente**

Daniel Lara - **Secretário Executivo**

Frederico Carlos Janz - **Diretor de Finanças**

Roberto Kodama - **Diretor de Assuntos Jurídicos**

Arivaldo Sampaio - **Diretor de Filiados**

Luiz Alberto Marques - **Diretor de Comunicação Social**

Conselho Fiscal Nacional

José Dário Martins, Manoel Messias de Jesus,

Rogério Honorato Torres

Suplentes: Corinto Silveira Santos, Zeles de Oliveira Flor

Conselho de Ética Nacional

Filipe Leão Marques, Damiana Lacerda Soares

Suplente: Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira

Delegados Sindicais do DF

Controle Interno: Jussara Santos Mendes, Luiz Alberto Cavalcanti Dutra, Rafael Jose da Silva, Roberta Guerra Holder Belfort Campos, Thiago Meokarem Andrade Godoy, Valério Victorino André Coelho.

Finanças Públicas: Alisson Neres Lindoso, Elaine Santos Bicalho, Jeová Quintino Filho, Josélia de Fatima Silva Santos, Rodrigo Pereira Neves, Roberto Mendes Altavilla Luttnner.

Suplente: Júlio Domingues Zenckner Possas.

Delegados Sindicais nos estados

Edilson Rodrigues Vidal - AC, Marcos Antônio Ferreira Calixto - AL, Moises Ben Hur Sousa Seiffert Simoes - AM, Adelson Vilhena Neves - AP, Leonardo Pinheiro Cunha - BA, Leonardo Teixeira Ramos - CE, Madegno Flores - ES, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho - MA, Lincoln de Souza Silva - MG, Rodrigo Bender Moreira - PA, Fabio de Assis Moreira Lima - PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Carmem Luzia e Silva Nascimento - PI, Claudio Pelacini - PR, Maria Thereza Galaxo - RJ, Lenilda Nunes Santos Sé Alves Menino - RJ, Jonas Alves dos Reis - RN, Luiz Gustavo dos Santos Queiroz Lima - RO, Celso Duarte de Sousa Junior - RR, José Luiz Pereira de Lima - RS, Caetano Rossato Rabelo - SC, Maurício Dantas - SE, Sérgio Takayuki Takibayashi - SP, Leandro da Cruz Alves - TO

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Textos e revisão: Invicta Comunicação

Arte e Diagramação: Invicta Comunicação

Fotos: Comunicação Unacon Sindical

Tiragem: 3,5 mil exemplares

Mais de 500 dias após a assinatura do acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na mesa negocial específica, enfim o texto do Anteprojeto de Lei (APL) que reorganiza a carreira de Finanças e Controle está pronto para envio e apreciação no Congresso Nacional. O andamento do tema se deu graças à intensificação das mobilizações dos servidores, conduzidas pelo Unacon Sindical, no sentido de garantir o cumprimento pleno do pacto firmado com o Executivo.

O APL consolida importantes avanços, como a inclusão da carreira dentre aquelas que fazem jus à indenização de fronteira, as regras específicas para aceleração e interstício de progressão e as atribuições essenciais e indelegáveis. Outra conquista importante no longo prazo é a alteração da nomenclatura da carreira, com a saída do ciclo de gestão, o que permitirá uma integração ao grupo de Auditoria Federal.

Nossa interlocução agora busca garantir que o APL seja encaminhado de maneira célere ao Parlamento, por meio de Medida Provisória (MP). Além de chamar a atenção do MGI para o encurtamento da janela legislativa em ano eleitoral, ressaltamos que a edição da MP ajuda a frear os prejuízos financeiros para os colegas que estão progredindo na carreira ainda sem a devida regulamentação, bem como para os colegas que atuam na região Norte do país que passarão a receber a indenização de fronteira.

No Congresso Nacional, nossa atuação se dedicará também ao suprimento de lacunas do acordo com o governo, como a falta de previsão da exigência de nível superior para o ingresso no cargo de TFFC.



Os primeiros meses de 2026 trouxeram também avanços remuneratórios. A efetivação da segunda parcela do reajuste, a correção dos auxílios e da indenização de transporte, após décadas de congelamento, consolidam um período de ganhos reais nas remunerações e proventos.

A superação destas importantes etapas abre espaço agora para a busca do fortalecimento da carreira e dos órgãos supervisores em outras frentes, com destaque para a criação do fundo público de aprimoramento institucional.

Neste informativo trazemos também informações sobre a atuação do Unacon Sindical em defesa de melhorias nas condições de trabalho dos servidores da carreira e na estruturação do Controle Interno, pela recomposição do quadro de pessoal e contra a terceirização e a usurpação de atribuições.

Junto a outras entidades de classe, o Sindicato participa das discussões sobre a regulamentação da negociação coletiva no setor público, recém-chegada ao Legislativo, e, no âmbito do Fonacate, trabalha na construção de um projeto de lei para garantir a todo o funcionalismo o adicional por tempo de serviço, após decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que contemplou magistrados e membros do Ministério Público. ●

CONCURSO TESOURO

Sindicato intensifica esforços em busca do aproveitamento total do cadastro de reserva

Demanda foi levada à MNNP, ao Congresso e à STN, mas falta de definição ameaça recomposição da força de trabalho

Com o prazo final para nomeação, que, em razão das Eleições Gerais, é 4 de julho, se aproximando, os aprovados no último concurso do Tesouro Nacional seguem sem definição sobre o futuro. O impasse persiste diante da ausência de posicionamento da Administração. Apesar das cobranças do Unacon Sindical, formalizadas por ofícios e reiteradas em reuniões e audiências públicas, até o fechamento desta edição a Pasta ainda não havia liberado o quadro para convocação pela Controladoria-Geral da União, mesmo após manifestação de interesse.

Como o Tesouro já convocou todos os aprovados dentro das vagas e 25% do cadastro de reserva permitido por lei, uma nova nomeação depende de decreto do Presidente da República.

Em reunião realizada em 18 de dezembro com a secretária adjunta da STN, Viviane Varga, o Sindicato reiterou o pedido de aproveitamento integral dos excedentes, já formalizado por meio do Ofício DEN 117/2025. Na ocasião, a dirigente informou que a demanda depende de disponibilidade orçamentária e de avaliação da necessidade institucional, mas afirmou que o pleito está em análise.

O tema já havia sido debatido anteriormente em audiência pública na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, realizada em 8 de outubro. “O esvaziamento dos quadros no Tesouro compromete o funcionamento do núcleo financeiro do país”, afirmou o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

USURPAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

Crescimento de requisitados na CGU acende alerta sobre possível terceirização de atividades-fim

Delegados sindicais de 21 estados e a DEN solicitaram informações sobre funções exercidas por servidores de fora da carreira

Atualmente, 321 servidores e empregados públicos de fora da carreira de Finanças e Controle integram o quadro de pessoal da Controladoria-Geral da União (CGU). Embora a requisição de servidores não seja inédita, informações sobre possíveis terceirizações de atividades-fim, com usurpação de atribuições que deveriam ser exclusivas de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, acenderam o alerta no Unacon Sindical.

Um dos dados mais preocupantes é a concentração desses requisitados na Secretaria Federal de Controle Interno, que, em número

de cedidos, fica atrás apenas da Secretaria-Executiva. Entre as Superintendências Regionais da CGU, Ceará, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro concentram a maior presença de servidores de fora da carreira.

Diante desse cenário, delegados sindicais de 21 estados e a Diretoria Executiva Nacional encaminharam aos superintendentes e ao ministro pedidos de informações sobre a atuação desses servidores na Pasta.

Nos documentos, datados dos dias 14 e 15 de abril, os dirigentes sindicais requerem a “descrição das atividades efetivamente desempenhadas, com indicação das atribuições concretas exercidas”. Também solicitam a “indicação de casos em que agentes públicos não integrantes da carreira de Finanças e Controle atuem como responsáveis técnicos por produtos finalísticos”.

O pedido também foi apresentado via Lei de Acesso à Informação. A partir da análise dos dados, o Sindicato adotará as providências cabíveis.

VALORIZAÇÃO

Após uma década de reivindicação, CGU regulamenta carteira para aposentados com apoio do Sindicato

Para solicitar, envie um email com nome completo e foto 3x4 recente para funcionais@cgu.gov.br

O Unacon Sindical celebra uma conquista histórica que vai ao encontro da valorização dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle que construíram a carreira e o próprio Sindicato. Após mais de uma década de reivindicação, a Controladoria-Geral da União (CGU) regulamentou a emissão de carteiras de identificação para servidoras e servidores aposentados.

Para solicitar o documento, basta enviar um email para funcionais@cgu.gov.br, junto a uma foto 3x4 recente, com fundo branco. A mensagem deve conter o nome completo, além de um texto simples com a solicitação da carteira. O prazo de entrega da cédula é de até dois meses, a contar da data de envio da solicitação.

As primeiras cédulas foram entregues em evento realizado em 28 de outubro do último ano, em atenção ao Dia Nacional do Servidor Público Aposentado. A emissão é regulamentada pela Portaria Normativa SE nº 224, de 3 de setembro de 2025, publicada após a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindicato assumir a responsabilidade técnica pela confecção das cédulas.

“Nós abraçamos essa pauta lá em 2015. Após inúmeras solicitações, o Sindicato conseguiu, enfim, tirar o projeto do papel”, comemora o diretor de Finanças, Frederico Carlos Janz.

A vice-presidente do Unacon Sindical, Elaine Niehues Faustino, destaca que o documento é uma forma de reconhecimento e valorização.

“Parte da nossa identidade como pessoa passa pela nossa identidade funcional. A carteira de identificação dos aposentados é uma iniciativa que visa resgatar o pertencimento desses colegas que fizeram história na CGU”, afirma.

O presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques, complementa: “Não se pode compreender a estrutura de uma instituição sem conhecer e valorizar a sua história. Reconhecer a importância da participação dos aposentados na construção da carreira de Finanças e Controle e da CGU é um importante passo para avançarmos em direção ao fortalecimento do órgão. A entrega desse documento é apenas uma das inúmeras formas de agradecer a quem veio antes e contribuiu para a consolidação do órgão como uma instituição de controle respeitada nacional e internacionalmente”, pontua.

O documento é direcionado apenas aos aposentados da CGU. A expedição da carteira de identificação dos aposentados do Ministério da Fazenda depende da publicação de normativo próprio e já foi solicitada pelo Unacon Sindical.

FOTO 3x4

Filiados do DF que tiverem interesse, podem tirar a foto 3X4 na sede do Unacon Sindical (CLN 110, bloco C. Subsolo. Asa Norte. Brasília, DF), mediante agendamento prévio. Envie email para comunicacao@unacon.org.br para marcar um horário.





Fruto de negociações, nova tabela salarial e atualização da assistência à saúde entram em vigor

Segunda parcela do reajuste, negociado em 2024, representa incremento médio de 11% nos subsídios de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle

Entrou em vigor, em abril, a nova tabela de remuneração da carreira de Finanças e Controle. Fruto da negociação salarial entre o Unacon Sindical e o governo, em 2024, a segunda parcela do reajuste garantiu um incremento médio de 11% sobre o subsídio de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle. Com a vigência, o topo da carreira de TFFC passa a alcançar R\$ 16.914,17, enquanto o de AFFC, também no último nível, chega a R\$ 36.694,00.

Essa é a terceira atualização salarial desde 2023, ano em que foram retomadas as negociações com o governo. No total, somados o reajuste de 2023, concedido de forma emergencial, após forte pressão das entidades representativas do serviço público, de 9%, e as duas parcelas agora implementadas, conquistadas na Mesa Específica

de Negociação, que somam, em média, 23%, o reajuste no período alcança 34%, o dobro da inflação acumulada de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026, estimada em torno de 17%.

“O reajuste traz, enfim, após um período de alta inflacionária seguido de quatro anos de congelamento salarial, ganhos reais. Além disso, especificamente no caso dos aposentados e pensionistas da carreira de Finanças e Controle, essa atualização garante a redução de assimetrias com carreiras congêneres, sem abrir mão da paridade com ativos”, ressalta o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques. Ele destaca que o Sindicato segue com esforços concentrados em busca da valorização dos AFFCs e TFFCs, agora com a apresentação de minuta de criação de um fundo institucional (veja mais na página 16).

Assistência à saúde

Também a partir de abril, os AFFCs e TFFCs passaram a receber valores atualizados da assistência à saúde suplementar. O reajuste é fruto das negociações entre o Unacon Sindical, ao lado dos demais representantes da bancada sindical, e o governo, no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em 2025. “É necessário dar atenção urgente à saúde dos servidores. Muitos já não conseguem arcar com os custos elevados dos planos de saúde e, para agravar, o auxílio-saúde é absolutamente insuficiente. Essa é uma demanda inadiável”, alertou Marques, na instalação da Mesa, em fevereiro do último ano, que resultou no Termo de Compromisso nº 01/2025, assinado com o MGI em 6 de novembro e agora implementado por meio de portarias.

Com as atualizações, o valor *per capita* pago pelo governo no custeio da assistência à saúde suplementar dos AFFCs e TFFCs, ativos e aposentados, bem como de seus pensionistas e dependentes, pode chegar a R\$ 182,71, considerando a variação por faixa de idade e renda.

Ainda foram reajustados os valores pagos a título de assistência pré-escolar, auxílio-alimentação e indenização de transporte. Este último estava congelado desde a sua implementação, há 27 anos.

TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

CLASSE	PADRÃO	jan 2025	ABR 2026
Especial	V	R\$ 15.189,85	R\$ 16.914,70
	IV	R\$ 14.706,17	R\$ 16.376,10
	III	R\$ 14.237,89	R\$ 15.854,65
	II	R\$ 13.784,52	R\$ 15.349,80
	I	R\$ 13.345,59	R\$ 14.861,02
C	V	R\$ 12.509,21	R\$ 13.929,67
	IV	R\$ 12.110,89	R\$ 13.486,12
	III	R\$ 11.725,25	R\$ 13.056,69
	II	R\$ 11.351,89	R\$ 12.640,93
B	I	R\$ 10.990,42	R\$ 12.238,41
	V	R\$ 10.301,64	R\$ 11.471,42
	IV	R\$ 9.973,61	R\$ 11.106,15
	III	R\$ 9.656,03	R\$ 10.752,50
	II	R\$ 9.348,56	R\$ 10.410,12
A	I	R\$ 9.050,88	R\$ 10.078,63
	V	R\$ 8.483,65	R\$ 9.447,00
	IV	R\$ 8.213,51	R\$ 9.146,18
	III	R\$ 7.951,98	R\$ 8.854,95
	II	R\$ 7.698,77	R\$ 8.572,98
I	R\$ 7.453,62	R\$ 8.300,00	

Auxílio-nutrição

Outra pauta que tem ganhado força nas negociações com o governo é a criação do auxílio-nutrição, benefício que teria como objetivo garantir segurança alimentar aos aposentados e pensionistas do serviço público. A proposta está incluída na pauta conjunta das entidades de classe e foi rerepresentada à MNNP neste ano, por sugestão do Unacon Sindical. “Especialmente em relação ao auxílio-alimentação, é preciso rever essa política para estender o benefício aos aposentados, que sofrem, do mesmo modo, com a inflação sobre os alimentos, criando o auxílio-nutrição”, cobrou Marques, na assinatura do Termo, em 2025.

O pleito também tem sido levado à imprensa. Em reportagem publicada pelo portal Extra, Marques defendeu o novo benefício e lembrou que quando aposentados os servidores têm uma diminuição de até 30% na renda por causa da taxação da aposentadoria e do corte de benefícios destinados exclusivamente aos ativos.



AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

CLASSE	PADRÃO	jan 2025	ABR 2026
Especial	V	R\$ 33.086,10	R\$ 36.694,00
	IV	R\$ 32.175,61	R\$ 35.684,22
	III	R\$ 31.290,17	R\$ 34.702,24
	II	R\$ 30.429,11	R\$ 33.747,27
	I	R\$ 29.591,73	R\$ 32.818,59
C	V	R\$ 27.985,48	R\$ 31.037,19
	IV	R\$ 27.215,36	R\$ 30.183,08
	III	R\$ 26.466,42	R\$ 29.352,48
	II	R\$ 25.738,10	R\$ 28.544,73
B	I	R\$ 25.029,82	R\$ 27.759,21
	V	R\$ 23.837,92	R\$ 26.437,35
	IV	R\$ 23.181,93	R\$ 25.709,82
	III	R\$ 22.543,99	R\$ 25.002,32
	II	R\$ 21.923,61	R\$ 24.314,29
A	I	R\$ 21.320,30	R\$ 23.645,19
	V	R\$ 20.163,02	R\$ 22.361,72
	IV	R\$ 19.608,16	R\$ 21.746,35
	III	R\$ 19.068,57	R\$ 21.147,92
	II	R\$ 18.543,82	R\$ 20.565,95
I	R\$ 18.033,52	R\$ 20.000,00	

Unacon Sindical e demais entidades do serviço público empenham esforços pela aprovação da PEC 6/2024

Matéria, em tramitação no Congresso Nacional, prevê a extinção gradual da contribuição previdenciária cobrada de aposentados e pensionistas do serviço público

O fim da cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público segue entre os pleitos prioritários do Unacon Sindical. Em busca de ampliar a frente em prol da aprovação do texto, que tramita no Congresso Nacional na forma da Proposta de Emenda à Constituição 6/2024 (matéria que atualiza a PEC 555/2006), o Sindicato, ao lado das demais entidades de classe, incluiu a reivindicação na pauta conjunta protocolada na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) de 2026, junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Na reunião realizada no dia 26 de março, coordenada pelo secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, representantes do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) cobraram apoio do Executivo para o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, que aguarda deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados. A estratégia busca evitar a morosidade do processo legislativo, uma vez que o mérito da extinção já foi amplamente debatido em todas as instâncias necessárias.

Até o fechamento desta matéria, mais de 320 pedidos de apensamento já haviam sido protocolados na Câmara, graças à articulação de entidades de classe, com destaque para o Move-

mento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap). O pedido foi apresentado diretamente ao presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), em reunião realizada no dia 16 de outubro. Na oportunidade, o parlamentar elogiou o trabalho técnico e reconheceu o apelo social da matéria. “A contribuição dos aposentados é um tema sensível e legítimo. Vocês apresentaram um trabalho consistente, com base técnica e representatividade nacional”, destacou.

Impacto gradual

A PEC 6/2024 apresenta impacto financeiro controlado. A receita de 2025 com a contribuição de aposentados e pensionistas do Governo Federal é estimada em R\$ 6,7 bilhões e, caso aprovada, a mudança representaria redução imediata de cerca de um terço desse valor. A proposta prioriza aposentados e pensionistas em faixas etárias mais avançadas, com isenção imediata para maiores de 75 anos, aposentados por invalidez e pessoas com doenças incapacitantes, enquanto os demais terão redução progressiva da contribuição até a isenção completa aos 75 anos.

Esse mecanismo permite uma transição segura, dilui o impacto fiscal ao longo do tempo, assegura previsibilidade para a gestão pública e, ainda, aumenta as chances de aprovação no Congresso.

Governo envia ao Congresso PL que regulamenta negociação coletiva no serviço público

Projeto de Lei é resposta a pleito histórico do Unacon Sindical e demais entidades, mas ainda deixa lacunas em pontos importantes

Dezesseis anos após internalizar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 1893/2026, que regulamenta, no âmbito do serviço público, a negociação coletiva e fortalece a representação sindical. O envio do PL é uma resposta ao pleito dos sindicatos, federações e centrais sindicais, intensificado nos últimos anos. O Unacon Sindical atua em prol da regulamentação há mais de uma década, tendo contribuído com o debate no Parlamento, em mesas com o governo e na produção de subsídios técnicos.

O PL estabelece diretrizes para a negociação entre a administração pública e as entidades representativas dos servidores, com base em princípios como democratização das relações de trabalho, paridade entre as partes, transparência e boa-fé. Também define que o processo negocial deverá ser permanente e estruturado, com etapas formais que incluem a apresentação de pautas, a definição de calendário, a instalação das mesas e a formalização dos acordos.

Além disso, o texto cria balizas nacionais para a organização da negociação nos três níveis da Federação e em todos os Poderes, ao mesmo tempo em que assegura a representação sindical como eixo central do processo.

Nesse ponto, o projeto reforça que a interlocução se dará prioritariamente por meio de entidades sindicais formalmente constituídas, sendo admitida a atuação de associações apenas na ausência de sindicato representativo.

Para o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques, a medida atende parcialmente a uma reivindicação histórica do funcionalismo. “Há mais de vinte anos, ainda no primeiro governo Lula, já se discutia a regulamentação da Convenção 151 da OIT. No entanto, o compromisso apresentado à época era mais amplo, tratava do direito de greve e abordava a organização sindical de forma plena.”

O dirigente destaca que, apesar do avanço, o governo deixou de enfrentar questões estruturais. “Seguimos sem resposta para temas fundamentais, especialmente aqueles que afetam a sustentabilidade das entidades sindicais, pois, com o Regime de Previdência Complementar, perderemos até três quartas partes da arrecadação das entidades de âmbito federal. Ao mesmo tempo, é inadmissível que o setor público tenha permanecido até hoje sem regras claras para negociação, o que levou, em muitos casos, à greve como instrumento inicial de abertura de diálogo. Esperamos que esse ciclo seja superado, mas é importante registrar que o governo ainda está em débito com os servidores.” ●



Mobilização destrava tramitação do APL da carreira de Finanças e Controle e garante avanços

Sindicato trabalha para que a matéria seja aprovada no Congresso Nacional antes do recesso informal que antecede as Eleições Gerais

Os primeiros meses de 2026 foram marcados pela intensificação da mobilização da carreira de Finanças e Controle em busca do cumprimento integral do Termo de Acordo nº 41/2024. O esforço trouxe resultados: após mais de 500 dias de descumprimento, a tramitação do anteprojeto de lei da carreira, que assegura os termos previstos no acordo, enfim avançou.

Entre os principais encaminhamentos obtidos, destaca-se a inclusão da carreira na Indenização de Localidades Estratégicas (indenização de fronteira). A conquista foi consolidada após atuação do

Unacon Sindical junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Para viabilizar o pagamento, será necessária a atualização da Lei 12.855/2013, com a posterior edição de portaria que regulamentará o adicional para servidores em exercício na Região Norte.

“Essa demanda integrava, desde o início desta campanha salarial, nossas pautas prioritárias e precisamos reconhecer esse importante avanço, sem perder de vista que ainda há trabalho pela frente, o que exigirá mobilização e unidade”, ressalta Arivaldo Sampaio, diretor de filiados do Sindicato.

▶ 30 DE JANEIRO

Marques participa do protocolo da pauta unificada da MNNP; documento elenca o cumprimento integral de acordos pendentes como prioridade

5 DE MARÇO

Em Dia Nacional de Protestos, servidores deliberam pela retomada da operação-padrão; atividades reúnem centenas de participantes nos estados e na sede da CGU, em Brasília

6 DE MARÇO

O Unacon Sindical realiza ato público em frente à sede do MGI para cobrar o cumprimento do Termo de Acordo nº 41/2024

CHEGA DE DESCASO
**CUMPRE,
MGI!**

Relembre parte da mobilização da carreira de Finanças e Controle nos primeiros meses de 2026

FEI
NINGUEM CONCHA
EM NEGOCIADOR
QUE NÃO CUMPRE ACORDOS

UNACON Sindical
MINISTRO DURIGAN
HONRE OS ACORDOS
COM OS SERVIDORES DA STN

UNACON Sindical
MINISTRO VINICIUS
E OS COMPROMISSOS
ASSUMIDOS COM A CARREIRA

UNACON Sindical

“

A criação de um bloco próprio na lei e a definição de prerrogativas não são mera formalidade, mas um avanço considerável que diferencia a carreira e abre espaço para novos progressos”

Outros pontos relevantes incluídos são a mudança da nomenclatura da carreira para Auditoria Federal de Finanças e Controle e a definição de atribuições privativas e prerrogativas (veja no quadro). A medida fortalece institucionalmente a carreira como exclusiva de Estado, assegurando garantias essenciais ao exercício das funções. “A criação de um bloco próprio na lei e a definição de prerrogativas não são mera formalidade, mas um avanço considerável que diferencia a carreira e abre espaço para novos progressos. É mais um passo na consolidação iniciada em 2015, com a atualização das nomenclaturas, seguida pela definição das atribuições dos cargos”, destacou o presidente do Sindicato, Rudinei Marques.

RUDINEI MARQUES

Apesar dos avanços, o cenário ainda impõe desafios, especialmente diante da curta janela parlamentar em ano de Eleições Gerais. O Unacon Sindical atua para garantir a aprovação da matéria antes do recesso informal do Congresso Nacional.

MOBILIZAÇÃO

A mobilização da carreira foi decisiva nesse processo. Diante do reiterado descumprimento por parte do governo, o Unacon Sindical intensificou as ações, reinstalou o Comissão de Mobilização, convocou nova operação-padrão na Controladoria-Geral da União e no Tesouro Nacional e promoveu atos públicos que reuniram centenas

servidores em frente às sedes dos órgãos e superintendências regionais em todo o país.

Parte do atraso na tramitação, conforme explicou o presidente do Sindicato em assembleia realizada no dia 29 de abril, decorreu de impasse com a STN, que condicionou o avanço à inclusão, no APL, da transformação da secretaria em secretaria especial. “O Tesouro Nacional colocou na mesa algo que não está no acordo. É inaceitável que tentem incluir no nosso projeto de lei um tema que poderia ser tratado em outro instrumento, sem gerar mais atrasos”, afirmou.

Também contribuíram para o cenário dificuldades relacionadas à atuação do MGI. Na reunião para apresentação das diretrizes do APL, realizada em 13 de março, restou evidente o desconhecimento da Pasta frente às atribuições da carreira, diante de negativas injustificadas a quase todos os avanços contidos na versão original do anteprojeto, desenvolvido em Grupo de Trabalho integrado por representantes das Casas Supervisoras e pelo Sindicato.

Na ocasião, o secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, apresentou requisitos cumulativos para o recebimento da indenização de fronteira e afirmou que a carreira

9 DE MARÇO

CNN e Correio Braziliense repercutem a retomada da operação-padrão e os possíveis impactos na responsabilização de envolvidos nos casos Master e INSS

12 DE MARÇO

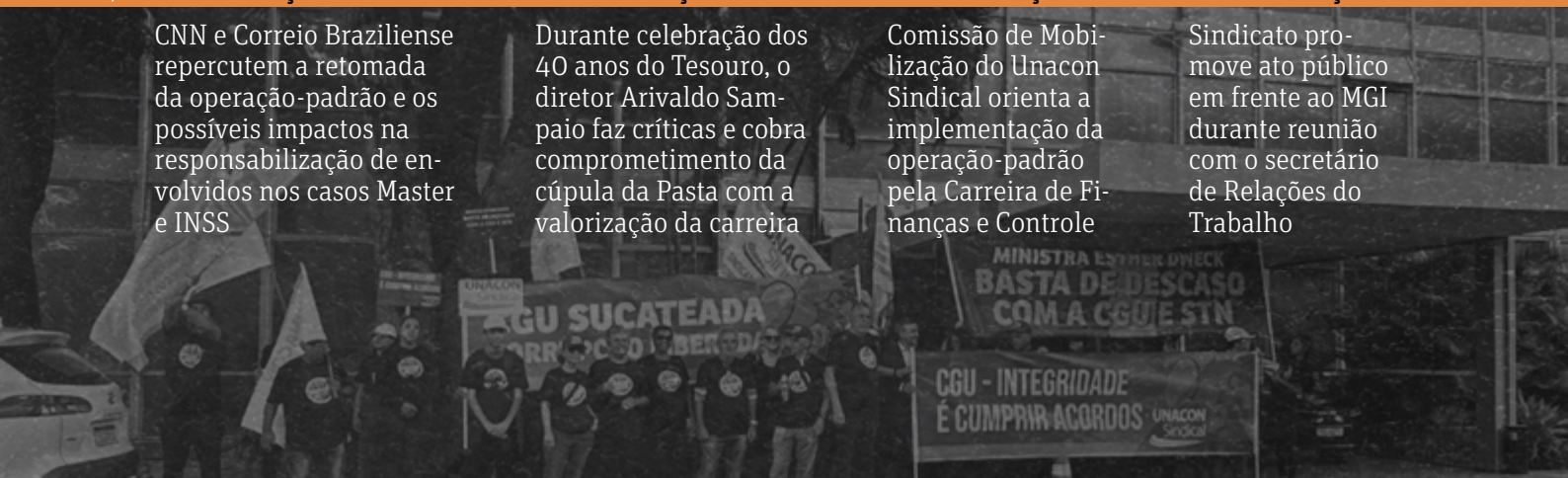
Durante celebração dos 40 anos do Tesouro, o diretor Arivaldo Sampaio faz críticas e cobra comprometimento da cúpula da Pasta com a valorização da carreira

13 DE MARÇO

Comissão de Mobilização do Unacon Sindical orienta a implementação da operação-padrão pela Carreira de Finanças e Controle

13 DE MARÇO

Sindicato promove ato público em frente ao MGI durante reunião com o secretário de Relações do Trabalho





O nível superior para TFFC é uma pauta prioritária. Atuaremos em todas as instâncias para assegurar o cumprimento de um acordo que vem sendo negligenciado”

DANIEL LARA

não atenderia a nenhum critérios, sendo prontamente rebatido. “Atuamos diretamente no combate à corrupção, inclusive em casos que envolvem crimes transnacionais. Essa recusa, em uma demanda de baixo impacto e que alcança poucos servidores, representa tentativa de constrangimento. É inadmissível a falta de isonomia no tratamento em relação a carreiras correlatas”, respondeu Rudinei Marques à época.

Os dias seguintes foram marcados por intenso trabalho para reverter esse e outros entendimentos equivocados que poderiam comprometer conquistas relevantes. Com esse objetivo, o Sindicato voltou a se reunir com representantes da STN e da CGU no dia 19 de março, para resgatar pontos essenciais do APL; com o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, no dia 24 do mesmo mês, para cobrar empenho e o cumprimento dos compromissos com a carreira; e, ainda, em nova agenda no dia 26, com a equipe da Secretaria-Executiva e do Gabinete da CGU, com a participação do presidente do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), Celso Duarte, e dos delegados sindicais Thiago Meokarem (DF), Caetano Rossato (SC) e Rodrigo Bender (PA).

PROGRESSÕES

Também estão contempladas no APL as regras específicas para aceleração e interstício de progressão da carreira de Finanças e Controle. De

acordo com o texto, e para garantir o cumprimento ao Termo de Acordo nº 41, as progressões se darão a cada 12 meses e os servidores que ainda não atingiram o topo poderão acelerar até três níveis, em função da qualificação, desempenho exercício em local de difícil provimento.

Cabe destacar que a demora no cumprimento desses pontos, com prejuízo financeiro aos servidores, decorreu de evidente negligência do MGI, que teve diversas oportunidades de encaminhar a questão, seja na edição da Medida Provisória 1.286/2024, no Projeto de Lei 1.466/2025 ou em outros projetos sobre carreiras encaminhados posteriormente.

ESFORÇO CONTINUA

Mesmo com os avanços, não houve entendimento quanto à alteração do requisito de escolaridade para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle.

Na reunião de 13 de março, o MGI informou que, após análise, não identificou necessidade de mudança. A posição foi recebida com forte reação dos representantes do Sindicato. “Foi assumido o compromisso de um grupo de trabalho sério, com análise aprofundada dos fundamen-

17 DE MARÇO

Sindicato reúne servidores em assembleias presenciais na CGU e no Tesouro Nacional para discutir a APL e o escalonamento da mobilização

24 DE MARÇO

Protesto em frente ao Ministério da Fazenda marca a recepção ao novo ministro, Dário Durigan, com cobranças por respeito e valorização da carreira

25 DE MARÇO

Em novo ato público em frente à sede da CGU, servidores protestam contra o desmonte que coloca em risco as operações da Pasta

25 DE MARÇO

Sindicato lança ferramenta digital para disparo de e-mails a parlamentares com Carta Aberta que denuncia o desmonte da CGU



tos técnicos e jurídicos. O que se apresenta agora desconsidera esse processo”, afirmou Daniel Lara, secretário executivo do Sindicato.

O presidente Rudinei Marques reforçou a crítica: “Não houve sequer uma reunião específica para tratar desse pleito. Até o momento, não temos conhecimento das conclusões da consultoria externa contratada para subsidiar essa análise”.

Representantes do Tesouro Nacional relataram fragilidades na condução do estudo por parte da consultoria elegida pelo MGI. “O processo se limitou ao envio de um formulário por e-mail, sem espaço para debate técnico”, apontaram.

Mesmo diante das críticas, a posição do MGI foi reiterada em abril. O Sindicato destacou que a decisão não se sustenta juridicamente e ignora precedentes já consolidados em outras carreiras. Também foram questionadas a exclusão da carreira do debate técnico e a ausência de documentos que permitam avaliação qualificada das justificativas apresentadas pelo governo.

“O Ministério não apresenta fundamentos técnicos que possam ser analisados e formalmente contestados”, afirmou Daniel Lara, ao cobrar a formalização da posição do MGI.

Arivaldo Sampaio criticou a condução do processo, apontando tratamento desigual em relação a acordos firmados com outras entidades. Ele relembrou o compromisso assumido também pelo governo do Partido dos Trabalhadores, em 2015, que previa o nível superior para os TFFCs. O projeto de lei foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas posteriormente vetado pelo então presidente da República, Michel Temer.

Diante do impasse, o Sindicato cobrou o envio imediato do anteprojeto ao Congresso Nacional e indicou que atuará no Parlamento para viabilizar a alteração do requisito. “Trata-se de uma pauta prioritária. Atuaremos em todas as instâncias para assegurar o cumprimento de um acordo que vem sendo negligenciado”, afirmou Daniel Lara.

Para dar mais robustez à demanda, o Sindicato iniciou tratativas para contratação de consultoria especializada em carreiras públicas.

COMITÊ GESTOR

Outro ponto de impasse, desta vez com a equipe da STN, foi a criação de um comitê gestor da carreira sem a presença do Sindicato. O MGI chegou a se manifestar de forma favorável ao Comitê, desde que a participação da representação sindical fosse assegurada. Mas ficou clara a pretensão do Tesouro Nacional de dar seguimento ao pleito sem a participação da entidade sindical. “Não faz sentido um comitê gestor em que o Sindicato não esteja presente”, pondera o presidente Rudinei Marques.

Desde o início das discussões sobre o APL, o Unacon Sindical tem se manifestado de forma contundente contra a tentativa de cerceamento da representação nesse espaço e seguirá, de acordo com o mandato que possui, representando a carreira como um todo: Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, ativos, aposentados e pensionistas.

O trabalho e a mobilização seguem. ●

▶ 26 DE MARÇO

Sindicato realiza ato durante a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Na reunião, Rudinei denuncia novamente o descumprimento do acordo

26 DE MARÇO

Delegados sindicais reunidos em Brasília para agendas dos GTs realizam panfletagem na CGU para conscientizar servidores sobre o desmonte da Pasta

7 DE ABRIL

Dia Nacional de Protesto reúne servidores em frente à CGU durante entrega do relatório da maioria da CPMI do INSS; manifestações também são registradas nos estados

7 DE ABRIL

Diretor Frederico Carlos Janz realiza nova rodada de panfletagem na sede da CGU com o objetivo de ampliar o engajamento dos servidores



INTERLOCUÇÃO

Reforço no trabalho parlamentar busca fortalecimento da carreira

Em atuação junto aos congressistas, dirigentes sindicais denunciam também situação de descaso com a carreira e de desmonte da CGU

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instalada para investigar as fraudes identificadas por Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União no Instituto Nacional do Seguro Social levou o trabalho técnico e minucioso desses servidores ao centro dos debates no Parlamento. O relatório elaborado pela maioria governista conclui pela necessidade de “conferir maior centralidade ao papel que a CGU exerce no Controle Interno e aprimorar o arcabouço normativo das atividades” desempenhadas.

Tendo esse cenário como pano de fundo, o Unacon Sindical intensificou, nos últimos meses, a atuação parlamentar em defesa do fortalecimento da carreira de Finanças e Controle e dos órgãos supervisores. No dia 25 de março, uma comitiva formada por delegados sindicais dos estados e do Distrito Federal, membros da Diretoria Executiva Nacional e outros servidores percorreu os corredores da Câmara dos Deputados para alertar parlamentares sobre o cenário preocupante enfrentado pela categoria, diante da falta de uma política de pessoal séria, que tem levado ao crescimento expressivo da evasão.



A articulação seguiu com agendas em gabinetes. Como resultado desse esforço, no dia 13 de abril, a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), após reunião com o delegado sindical do DF Rafael José da Silva, ofícios ao ministro da Fazenda, Dario Durigan, ao ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, e à ministra do MGI, Esther Dweck, solicitando providências efetivas para frear e reverter a quebra de correlação salarial entre a carreira de Finanças e Controle e outras de mesmo nível. “Tal descolamento progressivo fragiliza a política histórica de alinhamento remuneratório e impacta diretamente a capacidade de retenção de quadros altamente especializados, em contrariedade às recomendações internacionais e aos compromissos anteriormente assumidos pelo próprio Governo Federal”, ressalta a parlamentar em trecho dos documentos.

O processo de desmonte ao qual a CGU tem sido submetida também pautou a mobilização. Em carta aberta entregue e enviada por e-mail aos congressistas, o Sindicato alertou para a situação: “Observa-se uma tentativa de redução conceitual e institucional do controle interno, por meio de propostas que fragmentam seu caráter sistêmico, restringem sua atuação à auditoria governamental e admitem a transferência de funções estratégicas ao setor privado. Soma-se a isso a atuação do MGI, que busca limitar o papel da CGU a uma atuação meramente consultiva, subestimando, em larga medida, o fenômeno da corrupção no país”.

O material foi disponibilizado para envio direto por meio do [hotsite unacon.org.br/cumpremgi](https://unacon.org.br/cumpremgi). Acesse a ferramenta e encaminhe aos representantes do seu estado na Câmara e no Senado. ●



Atuação do Sindicato aprimora PL que trata da estruturação do Controle Interno

Sugestões acolhidas pelo relator foram elaboradas em conjunto com a Fenaud e com a contribuição de delegados sindicais

A atuação técnica e política do Unacon Sindical resultou na incorporação de propostas da categoria ao parecer do senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS) ao Projeto de Lei nº 4.980/2019, que estabelece normas gerais sobre a estruturação e o funcionamento dos sistemas de Controle Interno nos entes federativos. O novo relatório, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal no dia 4 de março, cita proposições apresentadas pela Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (FENAUD), presidida pelo Sindicato.

No voto, o relator afirma que as mudanças no substitutivo “aperfeiçoam o projeto de lei”.

O substitutivo reforça garantias como dotação orçamentária específica para os órgãos de Controle Interno, subordinação direta dos dirigentes à autoridade máxima do órgão, exigência de servidores efetivos nas equipes de auditoria e acesso completo, livre e irrestrito a documentos e sistemas necessários ao exercício das atribuições. No entanto, o modelo de funções sistêmicas adotado pela CGU não foi defendido pelo órgão, o que pode trazer prejuízos, inclusive, aos demais entes federados que se estruturam dessa forma.

Com o aval da constitucionalidade, o texto seguiu para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde terá início a análise de mérito. Até o momento, o projeto foi ignorado pela atual gestão da CGU, mesmo após reiteradas tentativas de interlocução em busca de contribuição institucional para as discussões na CCJ.



PL 3.995/2024

Outra matéria acompanhada de perto pelo Unacon Sindical é o Projeto de Lei nº 3.995/2024, que estabelece diretrizes de governança para a administração pública federal e pode impactar o funcionamento das estruturas de controle. Em tramitação no Senado, o PL já passou pela CCJ, CTFC e pelo Plenário, e retornou às comissões iniciais para exame das emendas acolhidas.

A redação levada ao Plenário representava grave ameaça de terceirização da auditoria governamental. Por isso, Unacon Sindical, Fenaud e Conaci atuaram para apresentar emendas com o objetivo de corrigir o dispositivo. “A extensão da contratação de auditoria independente para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional mostra-se conflitante e não preserva a coerência do modelo institucional de controle da gestão pública estabelecido pela Constituição e pela legislação infraconstitucional”, diz trecho da emenda do senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Também articulada pelas entidades, a emenda do senador Jaques Wagner (PT-BA) reforça o risco. “A ampliação de mecanismos externos de auditoria pode gerar sobreposição de funções, fragmentação das atividades de controle e redução da centralidade das capacidades institucionais permanentes da administração pública.”

O trabalho segue agora com foco na aprovação das duas emendas. ●



Unacon Sindical avança nas discussões sobre constituição de fundo público de aprimoramento institucional

Proposta tem o objetivo de enfrentar, de forma estruturante, assimetrias criadas com carreiras de mesmo nível

Instituído em novembro de 2025, no âmbito do Conselho de Delegados Sindicais, com o objetivo de construir uma nova proposta de matriz remuneratória a partir da criação do Fundo Nacional de Integridade, Transparência e Qualidade do Gasto Público, o Grupo de Trabalho avança nas discussões sobre o modelo técnico e jurídico. Composto por servidores ativos e aposentados, o GT dedicou os últimos meses à identificação de potenciais fontes de recursos para o fundo e, agora, com a assessoria do escritório

Fischgold e Benevides Advogados, busca apoio da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional ao modelo.

“Se nada for feito com urgência e de forma estruturante, o risco é de agravamento do quadro, com consequências institucionais de difícil reversão, afetando a capacidade operacional, a retenção de servidores qualificados e a própria entrega de serviços estratégicos ao país, demandados cotidianamente ao nosso quadro de pessoal”, alerta o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques.





Se nada for feito com urgência e de forma estruturante, o risco é de agravamento do quadro, com consequências institucionais de difícil reversão”

Os parâmetros iniciais da proposta foram debatidos em reunião do GT, com a participação do escritório, realizada em Brasília, no dia 24 de março. Na ocasião, foram esclarecidos questionamentos sobre o modelo em discussão.

“Nosso objetivo consiste em criar um fundo público de fortalecimento institucional, de forma que a carreira possa utilizar parte desse benefício como incentivo financeiro”, frisou Rudinei Marques, ao afastar dúvidas sobre possíveis mudanças na forma de remuneração por subsídio, o que não é cogitado pelo Sindicato.

Convidada a integrar o debate como representante dos servidores aposentados, Márcia Uchôa pontuou a disposição de todos ao debate. “Nós queremos uma carreira forte. Por isso, precisamos nos unir”, declarou.

Dois dias depois, em 26 de março, o tema foi levado à CGU, em reunião com a equipe do gabinete do ministro e da Secretaria-Executiva. Na ocasião, o Sindicato solicitou a criação de um grupo de trabalho, com membros da CGU, da STN e do Sindicato, para ampliar o debate acerca da criação do fundo.

A Pasta informou que apoia a iniciativa e antecipou que há previsão de criação de um fundo, regulamentado por lei específica, no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição que prevê a inclusão da CGU na Constituição. A receptividade foi celebrada.

RUDINEI MARQUES

“Declarar apoio ao fundo é uma sinalização importante para a base de que a CGU está interessada em buscar alternativas de melhoria institucional”, destacou Marques.

A proposta também foi apresentada ao novo secretário do Tesouro Nacional, Daniel Leal, em reunião realizada no dia 13 de maio.

A minuta do Fundo, elaborada pelo Sindicato, foi encaminhada aos órgãos supervisores da carreira por meio de ofício, no dia 6 de maio, além de promover capacitação e garantir o custeio de equipamentos, pesquisas e sistemas, a matéria prevê a possibilidade de financiamento de despesas relacionadas à saúde de servidores ativos e aposentados, bem como o pagamento de retribuição por atividades extraordinárias, nos moldes adotados pela Polícia Federal. ●

MODELO PF

O modelo de fundo, agora revitalizado, é o Funapol, voltado ao aparelhamento e à operacionalização das atividades-fim da Polícia Federal. Previsto na MP 1348/26, o fundo passa a receber parte da arrecadação das apostas de quota fixa (bets), com repasse gradual: 1% em 2026, 2% em 2027 e até 3% a partir de 2028, além de possível reforço de até R\$ 200 milhões do Tesouro Nacional.

Os recursos serão usados ainda para custear despesas dos servidores da PF com saúde, incluindo reembolso de despesas, e no pagamento por atividades extraordinárias. O modelo não altera a remuneração por subsídio, mas institui uma forma complementar de remuneração.

Unacon Sindical articula apresentação de projeto com adicional por tempo de serviço



Grupo de Trabalho, instituído no âmbito do Fórum Nacional das Carreiras de Estado, desenvolve redação para incluir servidores do Executivo federal em previsão autorizada pelo STF

O Unacon Sindical articula, junto às demais entidades filiadas ao Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), a elaboração de projeto de lei para estender a todos os servidores do Executivo federal o adicional por tempo de serviço (ATS), autorizado pelo Supremo Tribunal Federal para magistrados.

O debate sobre “penduricalhos”, recentemente enfrentado pelo STF, com o objetivo de normatizar pagamentos feitos, a princípio, aos próprios servidores do Judiciário, trouxe de volta a figura do ATS. Na tese de repercussão geral, o benefício foi denominado “parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira” e fixado em 5% a cada cinco anos de exercício, até o limite de 35% do subsídio.

Diante da decisão, em assembleia do Fórum realizada no dia 14 de abril, o presidente do Sindicato, Rudinei Marques, ressaltou que o Supremo criou um “teto diferenciado” para categorias do Judiciário, uma vez que a verba possui caráter indenizatório. “Não faz sentido a magistratura receber adicional por tempo de serviço e outros servidores, que atuam em áreas igualmente relevantes, não. Se é para um, é para todos. Por que o magistrado merece e os demais não?”, questionou.

A mesma questão foi levada à imprensa em entrevistas concedidas ao portal Jota e aos jornais O Globo e Folha de S.Paulo.

Por isso, o Fonacate criou um grupo de trabalho que se dedicará à elaboração de uma proposta com potencial de aceitação tanto no Congresso Nacional quanto no governo. ●

NA MÍDIA

Confira um resumo das declarações dadas pelo presidente do Unacon Sindical à imprensa sobre a necessidade de estender os anuênios a todos os servidores, inclusive aposentados:

O Globo

27 de março

“Se a magistratura tem direito, nós também. Somos servidores, trabalhamos igualmente em prol do Estado brasileiro e exigimos respeito, e que o adicional do tempo de serviço seja estendido para todos os funcionários públicos brasileiros ativos e aposentados”



JOTA

3 de abril

“Não faz sentido a magistratura receber adicional de tempo de serviço e outros servidores, que atuam em áreas tão relevantes quanto, não. Se é para um, é para todo mundo”



Folha de S. Paulo

8 de abril

“Não tem sentido que a magistratura pague adicional por tempo de serviço e os demais servidores públicos brasileiros não recebam”



1º CDS 2026 reforça mobilização da carreira e avança em debates estratégicos

Reunido nos dias 27 e 28 de abril, o Conselho de Delegados Sindicais (CDS) do Unacon Sindical aprovou o reforço da mobilização em defesa do anteprojeto de reorganização da carreira e cobrou do MGI a devolução da versão final do texto para análise da categoria. O colegiado também deliberou pela criação de comissão para elaborar proposta de revitalização do cargo de TFFC, além de intensificar a articulação política no Congresso e o acompanhamento de pautas legislativas e jurídicas. Durante os dois dias, os delegados discutiram ainda matriz remuneratória, reforma estatutária, cronograma eleitoral de 2026 e estratégias para fortalecer as atribuições da CGU e da carreira de Finanças e Controle.



VITÓRIA! STJ mantém decisão favorável sobre progressões de 2014

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da União na ação coletiva do Unacon Sindical sobre as progressões funcionais de 2014, reforçando o entendimento favorável aos servidores da carreira de Finanças e Controle. A decisão mantém o reconhecimento do direito à progressão com base na data de ingresso no serviço público, além do pagamento retroativo das diferenças financeiras decorrentes dos atrasos.

Após derrota no TRF1, a União tentou reverter o caso no STJ, mas o agravo em recurso especial foi rejeitado em decisão monocrática do ministro Benedito Gonçalves. Segundo a assessoria jurídica, embora ainda caibam recursos, a decisão fortalece a expectativa de êxito definitivo da ação coletiva movida pelo Unacon Sindical.

Unacon Sindical disponibiliza planos de saúde MedSenior para filiados a partir de 44 anos

Unacon Sindical disponibiliza novos planos de saúde da MedSenior para filiados a partir de 44 anos, por meio do Clube de Vantagens. As opções incluem planos sem coparticipação, com valores a partir de R\$ 490,96 e cobertura em SP, DF, ES, PR, MG, RJ e RS.

Há modalidades com enfermaria ou apartamento e abrangência municipal ou regional, permitindo adequação ao perfil do filiado e dependentes. A contratação é feita diretamente na plataforma do Clube de

Vantagens, onde o usuário pode consultar preços, rede credenciada, simular inclusão de dependentes e enviar a proposta.

A iniciativa amplia os benefícios oferecidos pelo Sindicato, com foco no atendimento ao público mais experiente e aposentado.

MedSenior

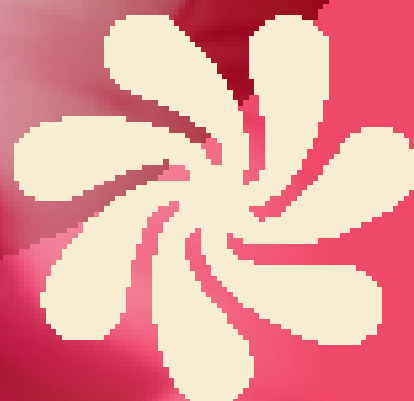


NOVIDADE

O PROGRAMA

Respira

AGORA TAMBÉM É



wellhub

Filhos e filhas. Sem custos
a mais de 26 mil academias e associações em
todo o Brasil, com planos a partir de R\$ 30,90.
O conteúdo inclui várias aplicações específicas
gratuitas, além de uma estrutura completa
para apoiar sua jornada de saúde,
bem-estar e produtividade.

Assine mais
informações
na [gil.com.br](https://www.gil.com.br)

